



Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Filiado à CUT/FENAJUFE

INFORME-SE!

Procure o delegado sindical
do seu local de trabalho.
Vamos nos unir pela
aprovação dos projetos do
PCCR no Congresso!

PCCR

Momento de união e de luta

Sindjus discute emendas aos projetos e batalha para acelerar trâmites no Congresso

“O momento é, antes de tudo, de união. Temos que optar pelas emendas que beneficiam a todos os associados”, afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, sobre a tramitação dos projetos de revisão salarial para os servidores do Judiciário e do MPU (PL 6613/09 e PL 6697/09, respectivamente).

Os projetos encontram-se na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O prazo para apresentação de emendas já terminou; ao todo, PCCR do Judiciário recebeu 54 emendas, e o do MPU, 10. “Desde o início dessa etapa do processo legislativo a assessoria do Sindjus se debruçou sobre o teor dessas emendas, no sentido de defender os interesses dos servidores e de agilizar a tramitação”, disse Policarpo.

No final de fevereiro (dia 26) o sindicato convocou todas as associações dos órgãos do Judiciário e do Ministério Público para uma reunião onde foram traçadas estratégias de mobilização dos servidores para aprovação dos projetos, além de debater a questão das emendas. Na última sexta (dia 5 de março) foi a vez de levar essa discussão aos delegados sindicais, em encontro realizado no Hotel Nacional durante toda a tarde.

“Depois de analisarmos as emendas, vamos nos reunir novamente com o relator, deputado Sabino Castelo Branco, conforme combinamos no nosso último encontro”, adiantou Policarpo, “para discutir o relatório e renovar o nosso pedido de que o PCCR entre na pauta de votações da Comissão o mais rápido possível”.

Plano estratégico

O Sindjus encaminhou na sexta-feira (dia 5) três ofícios solicitando reunião com o presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, deputado Alex Canziani, com o relator Sabino Castelo Branco e com o presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Pepe Vargas. O objetivo é que eles pautem o quanto antes a apreciação dos projetos em suas comissões. O sindicato está debruçado sobre o plano estratégico para aprovação do PCCR no Congresso desde dezembro de 2009, e acredita que a colaboração dos deputados é fundamental para que os projetos não fiquem emperrados na pauta de votação.

VAMOS ACELERAR!

Assine a carta que pede aos deputados a aceleração dos projetos do PCCR do Judiciário e do MPU. Veja em www.sindjusdf.org.br



Servidores unidos na luta pela finalização do PCCR: a mobilização, agora, é junto ao Congresso, para assegurar uma rápida aprovação do projeto

A força das mulheres

Em meio a tantas mensagens com flores, poemas e outros elementos tão “femininos”, é difícil lembrar que o Dia da Mulher nasceu como um dia de luta.

No entanto, o dia 8 de março tornou-se uma data comemorativa justamente para não deixar cair no esquecimento um acontecimento trágico. Em 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque organizaram uma greve. Elas reivindicavam, entre outras coisas, que a jornada de trabalho caísse de dezesseis para dez horas diárias. Pediram também equiparação salarial, pois era normal, na época, que uma mulher recebesse apenas um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de serviço. Além disso, exigiam um ambiente digno de trabalho, já que eram comuns o espancamento, o assédio e a violência sexual contra as mulheres.

Duramente reprimidas, as cerca de 130 grevistas foram obrigadas a se refugiar

dentro da fábrica para se defender da violência da polícia. Ato contínuo, proprietários e policiais atearam fogo ao prédio. Todas as trabalhadoras morreram.

Dessa época para hoje, é claro que muita coisa mudou. Hoje as mulheres têm muito mais dignidade no trabalho, na sociedade e na vida privada – direitos que não foram dados de presente, mas, ao contrário, conquistados com muita luta. Porque, como sabemos, as mulheres têm uma inesgotável coragem e uma firme vocação para as conquistas e lutas da vida.

E precisam mesmo ter, porque, em matéria de igualdade de direitos, ainda há muito a realizar. Ainda há diferentes remunerações para serviços iguais, ainda se sofre assédio sexual no local de trabalho, ainda há, com triste frequência, assassinatos de esposas, companheiras ou namoradas... Sem falar tripla jornada de todas as que se dividem entre o emprego, os filhos e os serviços domésticos.

Por isso o Sindjus se orgulha em homenagear, neste 8 de março, as nossas valentes servidoras do Judiciário e do Ministério Público. Parabéns a todas vocês!

SARAU DA MULHER NESTA SEXTA

Em homenagem ao Dia da Mulher, o Sindjus convida a todos para um sarau especial nesta sexta-feira, dia 12. O evento será na Praça dos Tribunais, às 18h. Não perca!

Marie, uma pioneira

Durante a Revolução Francesa (1789–1799), Marie Gouze, que assinava com o pseudônimo de Olympe de Gouges, propôs à Assembléia Nacional da França o texto da Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã. Era uma tentativa de assegurar direitos iguais para homens e mulheres.

Filha de um açougueiro do sul da França, essa cidadã batalhadora lutou em várias frentes, inclusive contra a escravidão. Ela se opôs abertamente a Robespierre e acabou guilhotinada em 1793, condenada como contrarrevolucionária e detratada como uma mulher “desnaturada”. Veja alguns trechos da sua pioneira Declaração:

“...que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo

social, seus direitos e seus deveres.”

“Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.”

“A mulher tem o direito de subir ao patíbulo e deve ter também o de subir ao pódio.”

“Toda cidadã pode então dizer livremente: ‘Sou a mãe de um filho seu’, sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade.”

“O conjunto de mulheres igualadas aos



homens para a taxaçoão tem o mesmo direito de pedir contas da sua administração a todo agente público.”

Na conclusão do texto, ela acrescenta: “Mulher, desperta. (...) Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras.”